

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Brasília • ano 44 • nº 176 • edição especial
outubro/dezembro – 2007

3º Fórum Senado Debate Brasil
Políticas para a Primeira Infância:
Quebrando a Cadeia da Violência

A primeira infância e a educação para a paz

Vital Didonet

Eu não sei o que as mães sentem ao ver fotos de crianças iraquianas destroçadas no corpo e na alma, procurando sua mãe que sumiu na poeira e no barulho das bombas e mísseis que destruíram sua casa. No vazio da ausência, ela olha para soldados com fuzil na mão. Eu vi essa cena, numa reportagem sobre a guerra no Iraque, e me perguntei sobre a razão. A resposta veio em forma de dor.

Eu não sei que mal-estar passaria no útero das mulheres-mães se imaginassem que, um dia, o filho que delas vai nascer pode virar um soldado apontando armas contra pessoas do povo, chutando prisioneiros, apertando gatilhos, vendo bebês mortos por suas metralhadoras, casas de famílias destruídas por bombas que partiram de suas mãos.

Mas eu imagino o que passa no coração de um soldado que apertou o comando de um míssil que lhe disseram que era inteligente, mas o burro acertou numa maternidade e num mercado público. Li no New York Times a frase de um capitão norte-americano no Iraque: “É difícil a gente perdoar a si mesmo quando vê tanta gente ferida e morta”. Tenho pena deles, que devem obedecer aos comandantes da guerra. Ah, se os chefes fossem outros, se a mente deles fosse governada pela paz, e não pela prepotência das armas! Os “fal-

Vital Didonet é Professor. Membro do Conselho Consultivo da Fundação ABRINQ. Licenciado em filosofia e em pedagogia; mestrado em educação; especialista em educação infantil. Foi coordenador de educação pré-escolar no Ministério da Educação, Consultor Legislativo na Câmara dos Deputados. Foi presidente da OMEP Brasil, vice-presidente da OMEP para a América Latina e vice-presidente mundial. Consultor de vários organismos internacionais como o UNICEF, a UNESCO, a OEA e nacionais na área da educação infantil e dos direitos da criança. Atualmente é assessor especial da presidência da OMEP Brasil e membro da Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê - ABEBÊ.

ções da guerra” deveriam ser tocados pelo dedo encantado de Tistu, o personagem do livro de Maurice Druon, em *O Menino do Dedo Verde*.

Insistimos no amor. Mas sabemos que amar não é um sentimento espontâneo para com todo o mundo. O amor é fácil quando olhamos para crianças saudáveis, que sorriem e brincam. É difícil quando o bebê não pára de chorar e suga a nossa paciência. E é mais difícil quando o bebê cresceu, tomou um caminho de velas escuras, decide uma guerra injusta e gananciosa, quando, governando um país, mantém um gelatinoso sorriso diante das câmeras de televisão.

As mães brasileiras que perdem um filho na mão de assaltantes ou de seqüestradores, por uma bala perdida, de bandido ou de polícia, levado pela violência silenciosa da desnutrição, pelo tráfico de bebês, pela omissão de atendimento da saúde pública, essas mães também vivem sem paz. Por que tamanha violência? A resposta sempre é em forma de dor.

Nós optamos pelo amor, não pelo ódio nem pela revanche. Nós acreditamos na liberdade e na paz a partir do coração humano e não a partir da vitória pelas armas. Nós nos engajamos na educação das crianças caminhando na direção da utopia da fraternidade, da cooperação, do respeito ao outro.

Para isso, temos que vencer as tentações da raiva, mas mantendo a indignação. As tentações do ódio, ficando com o difícil amor aos diferentes. As tentações do desânimo, apertando fortemente a esperança com as duas mãos. As tentações da indiferença, assumindo compromissos com os que sofrem. As tentações da mera crítica, acrescentando-lhe as pistas de um novo jeito de ver e resolver os problemas da harmonia entre as pessoas.

Nós acreditamos que a educação constrói as condições essenciais da paz. Essa frase tem três elementos de contornos fluidos, que a fazem parecer uma corda bamba sobre um campo de dúvidas: um

verbo, *acreditar*; o sujeito, *a educação* e o objeto produzido, *as condições essenciais*. Por isso, explícito melhor os contornos desses elementos.

Trata-se, sim, de uma *crença*, porque mais do que argumentos e provas materiais de seus efeitos, o que determina a presença e a vigência da certeza de que a paz deve e pode ser nosso modo de ser e conviver é a esperança de um mundo melhor, a utopia de uma sociedade justa, a fé na intrínseca bondade humana. Não resulta de cálculos matemáticos sobre perdas e ganhos, lucros e prejuízos, de geopolíticas e estratégias militares, de medo da superioridade guerreira do inimigo, de acordos de paz firmados para platéias e efeitos de mídia.

Não é uma crença no sentido de ingênua aceitação das palavras de bons propósitos que escondem subjacentes intenções de dominação do outro, mas no sentido filosófico de que, no processo evolutivo sobre a Terra, a partir do surgimento da consciência, o ser humano evolui pela cooperação e solidariedade, pela sinergia de vontades e inteligências. O biólogo e filósofo Teilhard de Chardin mostrou como a consciência, ao surgir no processo evolutivo, assume a direção, fazendo a história do ser humano uma marcha para o Amor. Não se sustenta o argumento de que necessidades da guerra foram descobertas científicas e invenções tecnológicas, que depois são aplicadas em benefício de toda a humanidade. Muito mais descobertas e inovações são criadas em clima de paz e cooperação. Não precisamos destruir vidas e sonhos para mais tarde construir bem-estar e progresso. Mas isso é uma perspectiva, mais do que uma demonstração; um valor, mais do que um cálculo matemático; um ideal de elevação do sentido da vida, mais do que uma política econômica e social.

O segundo elemento da afirmação é a *educação*. Trata-se, aqui, da formação da pessoa para os valores da paz, da fraternidade, da convivência, da solidariedade, da cooperação, da co-responsabilidade,

da ética, dos direitos humanos. Não é a educação para a competição, para passar à frente do outro, para ser mais esperto, para conseguir o melhor posto.

Numa sociedade de baixa densidade democrática, na qual o poder econômico de poucos mantém a maioria subjugada, onde os postos de trabalho são insuficientes para absorver toda a mão-de-obra disponível, na qual os salários são tão diferentes que determinam prestígios sociais e bem-estar econômico de imensas diferenças, provocando corrida competitiva para alcançá-los, a educação escolar sofre a tentação de preparar os alunos para competir, conseguir um emprego, passar num exigente concurso de muitos candidatos e poucas vagas. Essa seria uma educação que mostra o outro como concorrente, como oposição, como risco. Seria uma educação individualista, que procura equipar o indivíduo com os instrumentos cognitivos para ser melhor e, com isso, conseguir o posto mais aquinhado na sociedade. Uma sala de aula em que os alunos são indivíduos, não pessoas, é treinamento para o ringue.

Enquanto as relações econômicas e sociais se dão num ringue... a educação, seja no âmbito familiar, seja escolar, é constrangida a ensinar técnicas de vencer quem disputa a mesma vaga, superar quem pretende o mesmo troféu. É constrangida, mas não amordaçada para fazer isso. Porque os princípios constitutivos da República que dirigem a vida social, as finalidades da educação estabelecidas pelas leis e os propósitos que os educadores escolhem ao dedicar-se a educar crianças são de outra natureza – eles expressam os ideais mais elevados da humanidade. A educação, portanto, sofre a pressão para formar privilégios e exclusões, mas ela pode fazer a escolha do caminho que leva a uma sociedade justa, mesmo sob pena de não satisfazer aqueles que optam pelo caminho oposto. A paz é uma opção.

No entanto, essa opção não pode ser apenas teórica. Um tema curricular para

tratar na sala de aula, um componente transversal para abordar num projeto de algumas disciplinas. A escola inteira, no seu cotidiano, tem que ser um ambiente de paz. Se as relações entre os professores forem competitivas, se houver perseguições de professores que pensam diferente, se ameaças prevalecem a diálogo e acordos, se as brigas entre alunos são resolvidas com castigos, rebaixamento de notas, suspensões e expulsões, em vez de debates sobre as causas que as desencadearam e medidas aceitas pelo grupo como adequadas para que elas não se repitam, se penalidades são aplicadas sobre inocentes porque o “culpado” não se apresentou e seus colegas não o delataram, a escola está ensinando a mentir, escamotear, enganar, resolver os problemas pelo “argumento da autoridade”, pela força de quem pode mais.

Qual é a educação capaz de mudar a face bélica do mundo? A que educa em valores. Que valores? Aqueles mais caros à humanidade – a verdade, a justiça, a igualdade, a liberdade, a autenticidade, a solidariedade. Temos muitas demonstrações de que são esses valores que permanecem, de que, no fim das contas, são eles que ficam registrados como elevação do espírito humano. Não sabemos o nome do soldado estadunidense que soltou a bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, destruindo 200 mil vidas humanas em poucos segundos, mas milhões de pessoas no mundo sabem o nome de outro norte-americano que lutou pela igualdade entre brancos e negros. O nome Luther King percorre o tempo e o espaço, como ícone de coragem, lucidez e amor à humanidade.

A paz é um dos anelos mais profundos do ser humano. Diz-se que educação vem do verbo latino *e-ducere*, isto é, tirar de dentro. Essa é a verdadeira função do professor – ajudar, por meio de diálogo, de orientações e instigações, que o aluno construa o conhecimento, elabore idéias cada vez mais claras, formule sua concepção de mundo, extraia de dentro de si, do seu pensamento,

com a força de seus sentimentos, as verdades que vão pautar sua vida individual e social. Essa função Vygotsky a chamou de mediação e Sócrates, dois mil anos antes, nomeou de “*maiêutica*”, pela comparação à atividade da parteira – que ajudava a mãe a trazer à luz o filho de suas entranhas. A paz, diz a UNESCO, deve ser construída na mente do homem. Só com essa construção interior as leis, os propósitos, os acordos, as políticas pacifistas terão força. E essa construção interior é fruto da educação. Daí a necessidade de a educação trabalhar o conceito de paz.

Passemos para ao terceiro elemento da frase acima citada: as *condições essenciais* para a paz. Depois dediquemos mais alguns parágrafos à educação para a paz na primeira infância.

Sendo condições, não são determinações. Portanto, não há uma relação fechada e irrevogável de causa efeito. Antes, uma regularidade observada pelas ciências, entre elas a sociologia, a psicologia e a psicanálise. Quer dizer, as experiências primárias, na barriga da mãe e nos anos iniciais da vida, de forma mais intensa, mas também durante a adolescência, pois nela continua o processo de formação da personalidade, têm uma grande probabilidade de gerar atitudes, comportamentos e decisões na vida adulta. Se tais experiências forem de aconchego, afeto, acolhimento, de relacionamento sadio, entendimento mútuo, de busca de soluções pacíficas para os conflitos, elas serão matrizes de paz. Mas se forem de rejeição, de conflito, de acirramento de ânimo, de elogio da força bruta sobre a razão e o sentimento, de exclusão, de espezinhar o outro, é bem provável que a pessoa que as viveu na infância as use na vida adulta para resolver os conflitos, os sentimentos de desagrado ao ser ofendida ou agredida, as ameaças à sua segurança física ou psicológica.

Verificam-se, também, sentimentos opostos à agressão, como timidez, medo, reclusão, fuga diante de situações difíceis,

que põem em risco a segurança física ou psicológica da pessoa. Essas também são formas de violência. Contra si mesmo, contra seu projeto de vida. Contra seus desejos mais profundos de realização pessoal. São, por isso, sentimentos, pensamentos e atitudes contra a paz.

Sendo essenciais, não são irrelevantes, secundárias, auxiliares. A educação constrói elementos subjetivos e intersubjetivos, sob a forma de pensamentos, experiências, idéias, desejos, atitudes, valores que dão sustentação aos propósitos, à vontade e às ações de paz interna e entre as pessoas, entre os povos e as nações. Sem eles, a paz não é possível. A violência prevalecerá nas relações humanas. A solução dos conflitos, dos desentendimentos, das visões diferentes virá da força.

Devemos reconhecer que sempre há um espaço para o imponderável no mistério da pessoa. No entanto, as probabilidades também devem orientar nossas decisões se queremos prevenir as “guerras” de armas ou de palavras, de agressões corporais ou morais, enfim, qualquer forma de violência. Apesar de que a pessoa possa reagir de forma inusitada, é muito provável que as lições da primeira infância a marquem indelevelmente. Daí ser a infância o período da vida em que a educação para a paz é mais decisiva.

Em que fase da vida a educação para a paz deve começar?

Já no ventre materno o feto recebe influência psíquica dos sentimentos e pensamentos de sua mãe, de seu pai e também de outras pessoas que acompanham de perto a sua formação. Há anos a psicanálise revela isso. Os sentimentos de acolhimento, de alegria com sua chegada, o afeto e as expressões de carinho vão inscrevendo no psiquismo do feto um secreto código de segurança, bem-estar, auto-afirmação, confiança e amor. Inversamente, experiências prematuras de rejeição cravam sulcos indeléveis de que o mundo não o quer. Discussões e brigas do casal afetam o bebê que

está se formando no ventre da mãe, a ponto de ele recordar, quando adulto em estado de regressão, cenas e gestos agressores.

O ambiente familiar é o segundo espaço de construção psíquica dos sentimentos de amor, paz, confiança, segurança, solidariedade. Logo que nasce, o bebê começa a experimentar aceitação ou rejeição, acolhimento ou desagrado com sua presença, alegria ou aborrecimento em atendê-lo quando tem fome, quando sente desconforto com a fralda suja, quando tem sono, cólica, medo, insegurança. Ou seja, no convívio com seus pais ou cuidadores, o bebê começa a aprender sobre a guerra e a paz. A fase da birra, pela qual toda criança passa, com diferentes intensidades, é um bom momento para os pais exercitarem a calma, a compreensão e as soluções pacíficas de situações desagradáveis. Se reagem batendo, berrando, castigando, ensinam que essas são as formas de se opor àquilo que nos desagrada. Se procuram dialogar, se agem de forma a acalmar a criança, se, passada a crise da birra, conversam com a criança tentando mostrar a ela que aquela não foi a melhor forma de expressar o que queria, podem mais facilmente conseguir que, em outra oportunidade semelhante, a criança busque formas mais “civilizadas”, socialmente mais aceitáveis, esteticamente mais bonitas de conseguir o que deseja. Esses são apenas exemplos de situações familiares que geram experiências de paz ou do seu inverso. Quer dizer, a forma como a criança é educada desde o berço vai determinar, em grande parte, as disposições que terá no decorrer da vida, nos diferentes espaços e na relação com as diversas pessoas com quem conviver.

O terceiro espaço crucial da educação para a paz é a Educação Infantil, em creches e pré-escolas ou instituições equivalentes. Essas instituições são freqüentadas por crianças de alguns meses até seis anos de idade, na chamada primeira infância. Com a Lei nº 11.274/2006, que estendeu a duração do ensino fundamental para

nove anos, iniciando aos seis, a educação infantil ficou reduzida ao período do nascimento ao quinto aniversário, com garantia de atendimento até o final do ano letivo em que a criança completar seis anos de idade (conforme o art. 10, § 4º da Lei nº 11.494/2007).

O poder da educação infantil na construção da paz está, de alguma forma, exposto acima. Resta, agora, perguntar como a educação infantil pode atuar para formar uma pessoa de paz. O que a educação infantil pode fazer para que as crianças adquiram os valores que constroem e mantêm, desenvolvem e defendem a paz?

O trabalho pode se dar de diferentes formas e em diferentes situações. Vamos apresentar aqui apenas uma das possibilidades, considerando uma creche e uma pré-escola de boa qualidade, que conta com professores formados. Consideremos duas dimensões: as formas de relacionamento e a ação pedagógica.

O relacionamento entre o adulto e as crianças deverá ser pautado sempre pelo respeito, pelo acolhimento, pela escuta e pelo carinho. Desde a acolhida inicial quando a criança é trazida pela primeira vez até o último dia, quando deixa a pré-escola para entrar na primeira série do ensino fundamental, alguém a recebe com um sorriso e braços abertos. Gestos rotineiros e indiferentes são raros, geralmente corrigidos pela própria criança, que corre a saudar sua professora com alegria contagiante. Começa a participar de um grupo mais extenso do que o círculo familiar e de amiguinhos de roda de sua casa. É conhecida e sempre chamada pelo nome. Tem seu lugar no grupo, seu espaço sempre destacado na sala, na atenção da professora. Entra numa rodinha de conversa, onde é feito o planejamento do dia.

As atitudes de todos os adultos que atuam na instituição, mas principalmente da professora com quem a criança passa quase o tempo todo, são lições de vida, são exemplos de comportamentos para a

criança que está buscando definir-se, encontrar seu espaço na relação com o outro, afirmar-se como alguém com pensamentos e sentimentos próprios.

Em segundo lugar, temos a ação pedagógica. Ela se dá predominantemente de forma lúdica. Dizemos que o brincar é a forma de ser da criança e de ela aprender sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Daí que é compreensível dizer que o brincar é, também, o conteúdo da educação, pois ele coloca a criança diante de seus sentimentos, na relação com o outro, explicita as diferenças, possibilita confrontos e soluções de conflitos.

Uma das características do brincar é sua versatilidade, a possibilidade de ser mudado pela própria criança, de receber ordens, interpretações e soluções. O brincar cria oportunidades para a criança descobrir alternativas variadas para resolver diferentes obstáculos. Ela experimenta, erra uma vez, acerta outra; varia os modos de brincar e testa diferentes caminhos, ao mesmo tempo em que testa a si mesma como personagem criador da solução. Sem necessariamente usar palavras, ela está perguntando e respondendo mentalmente. Experiência e diálogo são dois meios importantes para aprender a resolver dificuldades.

Outro aspecto essencial do brincar é o trabalho com o simbólico. A realidade pode ser dura, sofrida, incompreensível. Brincando, a criança traz a realidade para dentro dos seus esquemas de assimilação e procura dar-lhe a dimensão de sua compreensão e da força dos seus sentimentos. Todos nós já vimos crianças transferindo situações da vida real para o jogo, seja brincando de boneca, de caminhão, de soldado, de piloto de helicóptero de resgate... As lutas, brigas e agressões que representam nos seus brinquedos são simbólicas: um diálogo com a realidade, pelo qual procuram expressar o que percebem dessa realidade e a que gostariam que fosse. Nele, acabam encontrando uma solução melhor do que a que não aceitaram da vida real. Em vez de

fuga, essa atitude deve ser entendida como forma simbólica de enfrentar o desconhecido e dominá-lo.

Em 1999, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a *Declaração sobre uma Cultura de Paz* e um Programa para colocar em ação seus objetivos e diretrizes. Ao empregar a palavra “cultura”, a ONU quer expressar que a paz é algo que tem que ser cultivado, zelado, vivido e que está em formação. A própria ONU define Cultura de Paz como um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito e na promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana e das sociedades.

Segundo aquela Declaração, os seguintes princípios devem orientar e fundamentar as atitudes, os comportamentos e os estilos de vida:

(a) o respeito à vida, o fim da violência, a promoção e a prática da não-violência, por meio da educação, do diálogo e da cooperação;

(b) o respeito aos princípios da soberania dos países;

(c) o respeito e a promoção de todos os direitos humanos e das liberdades fundamentais (inclusive de expressão, opinião e informação), o respeito, a promoção e a prática dos direitos da criança; a igualdade de direitos entre homens e mulheres;

(d) o compromisso com a solução pacífica dos conflitos;

(e) o esforço para realizar um desenvolvimento sustentável, que proteja o meio ambiente e com justiça, de maneira que se reduzam as desigualdades entre as nações e no interior de cada uma delas e entre as classes sociais, deixando de existir a pobreza;

(f) a adesão aos princípios da liberdade, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações.

Relaciono, a seguir, alguns valores mencionados no documento da ONU, que

servem de inspiração para o trabalho na educação infantil.

1 - *Respeito à vida*: à vida humana em geral, à vida de cada criança em particular, à vida dos animais, das plantas, à vida do Planeta Terra. As crianças têm um encanto pela natureza e por seus elementos. As experiências com terra, água, vento, fogo, o cuidado de pequenos animais, o trabalho em horta, as experiências com plantas e, entre as mais avançadas em idade, os projetos sobre o meio ambiente – o estudo do rio da cidade e das nascentes, a limpeza da rua ou do bairro, a reciclagem de materiais descartáveis... são oportunidades de envolver-se nas questões de preservação da natureza e de iniciar os conhecimentos básicos que levam ao entendimento do desenvolvimento sustentável. O convite a avós contarem histórias para as crianças na pré-escola é uma ocasião de interação com a geração mais avançada da vida e o cultivo do amor aos idosos.

2 - *Fim da violência*: felizmente nosso sistema de ensino não admite mais os castigos e o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite agressão e violência contra a criança. Bater em criança é covardia. Mas há muitas formas de violência disfarçada, por exemplo recusar-se a falar com a criança porque ela fez alguma coisa que desagradou à professora; proibi-la de ir ao parque, com as outras, por causa de uma atitude desaprovada; impor a própria vontade sobre a dela, em vez de dialogar e negociar; não ouvir os argumentos que apresenta para justificar porque fez isso ou aquilo; magoá-la com uma palavra, acusá-la em público, exigir que delate um coleguinha, impor uma sanção a toda a turma porque uma ou outra criança fez alguma coisa “errada”, ter preferências manifestas por algumas crianças etc.

Como a paz não é simplesmente a ausência de guerra, também não é a mera ausência de violência. Para viver a paz, não basta não bater, não ofender, não magoar, não discriminar. Muito mais do que

“não”, ela é “sim”: isto é, um sentimento e uma ação afirmativa de respeito ao outro, de convivência respeitosa. É a escolha do diálogo como meio de resolver desentendimentos. É dar mais atenção àquilo que aproxima e une, do que ao que diferencia e separa.

3 - *Respeito à liberdade de expressão*: é próprio da educação infantil criar espaços e momentos para as diversas formas de expressão (corporal, linguagem, gesto, artes plásticas...). A professora procura garantir o direito de todas as crianças serem ouvidas, que todas falem, presta atenção às mais tímidas, valoriza as produções das crianças mais por serem produções delas do que pela beleza estética que nelas você possa encontrar.

Em vez de pedir que as crianças façam trabalhos de expressão artística padronizados (por exemplo, de preencher desenhos, seguir linhas...), que são um desrespeito à liberdade de expressão, a professora sugere que criem livremente sobre folhas em branco... Exercício de liberdade, desafio de criatividade, construção da experiência de poder...

A roda de conversa, diária ou semanal, põe em prática o direito de todas as crianças falarem e serem ouvidas, de sentirem-se parte de um grupo, de serem respeitadas por ele, descobrirem o valor de sua palavra, enfim, serem sujeito social.

4 - *Respeito à liberdade de informação*: a curiosidade é um impulso para conhecer. Reprimi-la é uma forma de violência contra a inteligência, o desejo de descobrir, a necessidade de saber. Educar para a paz, no que diz respeito à liberdade de informação, implica atender à curiosidade das crianças, alimentar seu desejo de saber, responder às suas perguntas, oferecer-lhe os meios de acesso ao conhecimento.

5 - *Solução pacífica dos conflitos*: na maior parte do tempo, o ambiente da educação infantil é tranquilo, as crianças brincam, se entendem, se ajudam, participam animada e alegremente das mesmas atividades. Mas

há situações de conflito, diante das quais o professor precisa ter habilidade para mediar a solução. Mordidas, empurrões, dar uma rabiscada no trabalho do outro, pegar todos os lápis de cor para si, abrir um berreiro porque o coleguinha bateu, reclamar magoado porque alguém rasgou o seu trabalho... Quando o faz adequadamente, está contribuindo para as crianças aprenderem a elas mesmas adotarem formas semelhantes quando for a vez delas solucionar problemas.

6 - *Democracia ou gestão democrática* na instituição de educação infantil e, particularmente, na sala de atividades. Exemplificamos com momentos para praticar a gestão democrática:

a) a *elaboração da Proposta Pedagógica*: a professora é co-autora com seus colegas e com a direção e o corpo técnico da escola. Participa, fala, ouve, sugere, acolhe as opiniões, sugestões e propostas de seus colegas professores e eles fazem o mesmo com as suas. Esse trabalho é uma escola de democracia para a professora, que se transfere para a gestão democrática com as crianças, de que trata o item seguinte;

b) a *elaboração*, com as crianças, dos *projetos de trabalho ou do plano diário* das atividades. A professora procura prestar atenção às diferentes manifestações das necessidades e dos desejos das crianças, desde bebês até as maiores; ouve a cada uma, dá oportunidades para todas participarem com idéias e com o seu trabalho, fazendo com que cada uma se sinta importante para o grupo;

c) a *avaliação* do progresso que vai sendo obtido num projeto, numa atividade; a indicação do que falta fazer, do que não deu certo, das causas ou motivos porque algo não foi realizado.

Aprendemos a ser democratas ou autoritários desde pequenos. A educação infantil é um bom momento para a aprendizagem da vivência democrática. As crianças vêm a professora ser atenciosa com as necessidades, os problemas, os

desejos delas; percebem o respeito que ela demonstra a cada uma; elas notam se a professora tem um cuidado particular com aqueles que têm alguma dificuldade especial; que procura trazer para a roda aqueles que se isolam.

Mesmo com bebês, com quem é mais difícil, porque temos a tendência de trazer tudo pronto para eles - "*Eles não falam... temos que adivinhar tudo...*" -, é possível agir democraticamente. Eles têm suas próprias formas de expressar-se. Choro, balbucio, gritinhos, expressões de alegria, retraimento, agressividade, movimentos do olhar, da mão ou do corpo inteiro em direção a alguma coisa são formas capazes de comunicar suas necessidades, desejos, problemas, gostos e vontades. Prestar atenção a tais formas e procurar atender ao que os bebês estão dizendo é agir democraticamente. Por essas expressões, eles estão participando e influenciando no planejamento e no desenvolvimento das atividades na creche.

7 - *Tolerância*: a rigidez torna as almas pusilânimes, isto é, pequenas, fechadas, mesquinhas. A magnanimidade, isto é, aquele jeito de ser generoso, de ter espírito aberto, compreensivo, desperta as crianças para terem alma grande. O intolerante se julga melhor que os outros, o perfeito, a referência para o comportamento dos demais. O tolerante não é aquele que se omite, que deixa passar tudo o que é errado, que aceita a humilhação, mas o que releva, perdoa, compreende os motivos por que o outro agiu daquele modo. Ao escolher a profissão de educar crianças, o professor se colocou diante da oportunidade de ajudá-las a terem uma visão aberta, ampla, compreensiva do mundo e das pessoas, isto é, de que as crianças tenham a alma grande. O seguinte exemplo retrata essa situação: a diretora não queria mais que as crianças chegassem atrasadas. Argumentava que atrapalhava as atividades das salas. E deu a ordem de fechar o portão dez minutos após o horário fixado para a entrada. Na sala da professora Verônica, a ausência do Léo começa a ser

notada. As crianças e a professora decidem informar-se do motivo. Descobrem que o Léo mora longe e sua mãe tem que trazê-lo a pé. As crianças propõem à professora falarem com a diretora para deixar o Léo entrar atrasado algumas vezes.

8 - *Solidariedade*: o dicionário Aurélio define solidariedade como: "...3. Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s)". Na educação infantil, a solidariedade é forte entre as crianças. Elas têm interesses comuns e sentem-se impulsionadas a apoiar, ajudar e estar junto de seus colegas. Um amigo que está doente, outro que hoje apareceu triste, um que não consegue terminar o trabalho, alguém que se machucou no parque ou bateu a cabeça no canto da mesa... são situações em que a solidariedade, na forma de um abraço, uma palavra, uma ajuda, é exercitada.

9 - *Cooperação*: as atividades em grupo exercitam a cooperação, põem em prática a participação de vários indivíduos num mesmo projeto ou ação, ensinam a integração das capacidades de cada um, levam à descoberta do outro, à valorização de suas qualidades. Para certas atividades, a professora forma grupos; para outras, deixa que as crianças se reúnam livremente. Montar, em grupo, um quebra-cabeça de muitas peças, trabalhar em projetos, brincar de pular corda, pique-pega etc. são formas que exercitam a cooperação.

10 - *Respeito à diversidade cultural*: Num mesmo estabelecimento de educação infantil pode haver crianças de diversas etnias, pertencentes a famílias provenientes de diferentes regiões do país, que conhecem crianças de outros países ou que viram na televisão manifestações culturais de outros povos. Na medida em que a professora conhece e respeita essa diversidade, que lhe dá oportunidade de expressão e conhecimento por parte das crianças, está promovendo a admiração pela beleza

daquelas manifestações culturais. Dessa forma, as crianças vão aprendendo a respeitar a diversidade como riqueza, como expressão da identidade e como criação das pessoas. Certamente essas crianças, quando crescerem, não vão considerar a sua cultura mais desenvolvida nem aderirão ao imperialismo cultural sobre povos economicamente mais fracos.

11 - *Diálogo*: todos os documentos internacionais que têm por objetivo promover a paz, falam no diálogo. Ele é a abertura do ser humano para o outro: implica ouvir e falar, entender o ponto de vista do outro e expor o seu próprio com a clareza possível. O diálogo procura chegar a um ponto comum. O ser humano é um ser dialógico. Quem aposta no diálogo tem muito mais chance de conseguir a paz, o entendimento, a solução dos problemas.

Grande parte das falas das crianças, nessa idade, é uma sucessão de monólogos: dizem o que estão fazendo, sentindo ou querendo, sem necessariamente pretenderem dar seqüência a uma conversa, às vezes nem mesmo preocupadas estão se o outro está ouvindo. Mas a professora pode fazer de alguns desses monólogos ocasiões de exercitar o escutar e acrescentar novas falas sobre o que o outro afirmou, dando seqüência ao assunto começado por ele. Dialogar se aprende. Uma permanente atitude de diálogo, que provoque interação, respostas, novas afirmações está na linha dessa aprendizagem.

12 - *Proteção do meio ambiente*: as crianças têm uma sensibilidade muito grande pelas plantas, pelos animais, pela natureza toda. A infância é um período muito importante para a formação de valores permanentes de amor e proteção à natureza, ao Planeta Terra, que se encontra ameaçado pelo comportamento depredatório do ser humano. Aprender a reciclar, usar materiais de sucata, dando novo sentido a coisas que já cumpriram sua primeira finalidade ajuda as crianças enxergarem além da visão utilitarista e consumista. Passeios a

sítios naturais são muito proveitosos para as crianças conhecerem ecossistemas e aprofundarem o sentimento de proteção ao meio ambiente. Neste ano de 2007, houve um Seminário na Universidade de Gotenburgo, na Suécia, sobre educação infantil e sociedade sustentável, em que se explorou

a potencialidade dessa primeira etapa da educação para criar bases sólidas de uma nova visão do Planeta Terra, promovendo a sustentabilidade da vida. Até o mundo acadêmico está abrindo seus olhos para a primeira infância como período decisivo para a construção da paz.